EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E O NOVO ENEM: NOVOS DESAFIOS E NOVAS POSSIBILIDADES.

HENRIQUE GERSON KOHL

Introdução

A Educação Física, compreendida como parte integrante do currículo escolar de toda a educação básica brasileira, ainda sofre de uma carência em relação à democratização do acesso das suas práticas no sentido de apropriação crítica dos conhecimentos de diferentes temáticas da cultura corporal pelos(as) alunos(as).

Práticas justificadas pelas suas tradições históricas, seus significados culturais, suas possibilidades de confrontação com práticas contemporâneas, valorização do contexto dos fatos, interpenetração dos objetivos do homem e da sociedade, além de tantas outras possibilidades favoráveis a um projeto coletivo de constante superação da realidade (SOARES et. al., 1992).

Notório que em muitas escolas ainda encontramos mais limites do que possibilidades. Dispensas médicas, escolinhas, festividades, convênios com academias circuvizinhas de referência, reposição das aulas de disciplinas diversas, redução de carga horária, ausência de planejamento coletivo para o processo de ensino-aprendizagem-avaliação, conformismo docente e outras descaracterizações, configuram pequena parte dos grandes problemas que tomam de assalto o componente curricular obrigatório Educação Física.

Problemáticas “legitimadas” por falácias reducionistas que descaracterizam a função social da Educação Física e da própria escola na sua totalidade. Somando a parte dos problemas apresentados, ainda observamos um conformismo de muitos(as) professores(as) em relação a realidade, em que existem os(as) protagonistas e os(as) oportunistas de determinadas ações na realidade complexa e contraditória.

Outrossim, reconhecendo a Educação Física da escola como parte constituinte da educação, propomos uma reflexão acerca de uma recente transformação na esfera educacional. Trata-se do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e de algumas impressões iniciais acerca das suas consequências para o campo da Educação Física.

O presente trabalho é estruturado a partir de pesquisa bibliográfica, além de experiência prática junto a rede privada de ensino da educação básica da cidade do Recife-PE-Brasil. É imprescindivel antecipar a dificuldade de acesso a fontes de pesquisa, o que acreditamos ocorrer em virtude da incipiência da questão.

Importante destacar certo desinteresse por parte de alguns setores conservadores representativos locados numa espécie de “zona de conforto coorporativista” materializada pela chamada “indústria dos cursinhos pré-vestibulares”. Agora, tais

setores encontram-se diante de novos desafios oriundos de antigas[1] discussões oralizadas pelos(as) pedagogos(as) e demais educadores(as) movidos(as) por um viés progressista de educação.

Assim, esse é um trabalho que se insere entre as posições de adesão ao novo ENEM, procurando contribuir com a consolidação dessa política pública no âmbito da educação, em especial, da Educação Física brasileira. Política pública que, como qualquer outra proposta, deve estar aberta para críticas e tentativas de superação via os seus rebatimentos na realidade concreta.

Em relação ao ENEM, percebemos um reconhecimento dos primeiros avanços diante de limites históricos, além da possibilidade de materializarmos oportunidades em prol de uma educação transformadora ou, pelo menos, favorável a novos "desequilíbrios pedagógicos"(SOUZA, 2007)[2].

Desenvolvimento

Muitos(as) educadores(as) brasileiros(as), tomados(as) pela novidade, estão falando em uma possível revolução na educação brasileira, discurso que quase sempre surge com mais força nos momentos de mudanças. No entanto, respeitadas as utopias de cada um(a), ficamos com os, ainda iniciais, "desequilíbrios pedagógicos" de Souza (2007) para realizarmos algumas reflexões iniciais sobre a questão.

Certamente que a adoção desta nova forma avaliativa dos conhecimentos trabalhados junto ao Ensino Médio, configura uma mudança estrutural necessária, defendida, preconizada e esperada por inúmeros(as) educadores(as), entre os(as) quais, reafirmamos nossa adesão.

Só não desejamos e nem podemos cair no erro de pensarmos que o novo ENEM irá acarretar amplas e imediatas modificações na estrutura escolar que conhecemos hoje, uma vez que tais mudanças demandam projetos de longo prazo. Porém, podemos dizer que o exame supracitado oportunizou e oportunizará mudanças.

Já diz o ditado popular que "aquilo que nos comove é aquilo que nos move", logo, manteremos um movimento, mesmo que cauteloso diante da temática ainda emergente, tentando estimular o debate acerca de uma oportunidade política e pedagógica.

Com periodicidade anual, diferente dos vestibulares tradicionais, os quais avaliavam somente o popularmente chamado "decoreba", o(a) estudante é colocado

---

[1] Nas semanas pedagógicas realizadas nas escolas públicas e privadas da Educação Básica, a um considerável tempo que a questão referente às possibilidades de mudanças acerca dos processos seletivos brasileiros são colocadas para discussão junto ao coletivo.

[2] Comunicação pessoal. O saudoso Prof. Dr. João Francisco de Souza, em suas aulas de Fundamentos Sócio-Econômicos e Políticos da Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, quando ouvia os relatos pessimistas dos(as) egressos(as) diante de tantos problemas educacionais, defendia, com propriedade singular, que no caso de nossas ações não transformarem radicalmente a realidade concreta, ao menos poderiam desequilibrar tal realidade em prol das maiorias marginalizadas socialmente.

diante de situações-problema, em que são avaliadas as habilidades e as competências adquiridas pelo(a) mesmo(a) para a resolução das intituladas situações-problemas.

No ENEM, argumenta-se que o importante é que o(a) estudante tenha os conhecimentos necessários para aplicação no seu cotidiano. Conhecimentos que devem ser trabalhados sistematicamente em toda a escolarização básica.

Um dos maiores desafios para as instituições responsáveis pela educação básica brasileira consiste na superação da existência de uma notória predominância de uma cultura predominantemente de base conservadora. Superação que exige muito mais do que um novo viés avaliativo, porém possui interdependência com tal oportunidade.

O Novo ENEM cria demandas até então inexistentes para o poder público. Exige que as redes públicas e privadas (re)pensem toda a sua estrutura político-pedagógica (exs.: formação de professores/as, currículo, estrutura da escola, etc.). Toma de assalto os(as) professores(as) via cobranças até então incomuns para os(as) mesmos(as), como, por exemplo, uma formação contínua e de qualidade.

Convida de forma mais incisiva a vida para dentro das escolas. Busca a interpretação em detrimento da memorização. Enfim, entre tantas possibilidades, coloca em evidência algumas fragilidades de um sistema aquém das demandas sociais. Sistema que, equivocadamente, ainda pensa numa nova prova quando deveria pensar num projeto de formação na vida (SANTIAGO,1990).

A avaliação baseia-se na concepção construtivista e piagetiana de desenvolvimento cognitivo e de ensino, as quais valorizam a autonomia intelectual do(a) discente, o(a) qual aprende aprendendo. Está configurada a partir de competências transversais como constatar, interpretar, compreender, explicar, solucionar e outras; o(a) discente é colocado(a) diante de problematizações contextualizadas e de caráter interdisciplinar.

O conteúdo programático do novo Enem diverge, entre outros aspectos existentes nos principais vestibulares do país, na cobrança de conhecimentos sobre teatro, Educação Física, artes e outras matérias marginalizadas pela maioria das escolas públicas e privadas brasileiras.

Em relação à Educação Física, a qual se encontra locada junto à área de linguagens, códigos e suas tecnologias; a competência exigida é a seguinte: “compreender e usar a linguagem corporal como relevante para a própria vida, integradora social e formadora da identidade” (BRASIL, 2009).

Sua inclusão está configurada através de tópicos relativos às competências da área três, da linguagem corporal, são eles:

> “H9 – Reconhecer as manifestações corporais de movimento como originárias de necessidades cotidianas de um grupo social. H10 – Reconhecer a necessidade de transformação de hábitos corporais em função das necessidades cinestésicas. H11 – Reconhecer a linguagem corporal como meio de interação social, considerando os limites de desempenho e as alternativas de adaptação para diferentes indivíduos” (BRASIL, 2009).

Nesse norte, observamos mais uma oportunidade político-pedagógica de refletirmos coletivamente a Educação Física e suas interfaces. Nesse sentido colocamos algumas questões a serem pensadas, são elas: qual o paradigma de referência para as competências exigidas pelo novo ENEM para o componente curricular obrigatório Educação Física? O que a escola fará diante de mais uma cobrança legal que reflete diretamente nos processos seletivos, "argumentos" antes usados para notória marginalização da Educação Física e outros componentes curriculares? Será que a maior parte das escolas brasileiras vai ignorar o presente delineamento institucional reconfigurando o mesmo para responder os seus interesses?

Importante chamarmos atenção para o fato de que, muitos (as) professores (as), também "privilegiados(as)" pela "zona de conforto", já externam significativos incômodos a partir da materialização de novas exigências por parte de algumas escolas.

Escolas que já ignoravam as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dos Parâmetros Curriculares, Nacionais e demais indicativos normativos, sem falarmos da quase total negligência em relação aos avanços da Educação Física delineados desde a década de oitenta.

Em reuniões realizadas em uma escola da rede privada da cidade do Recife-PE, foi possível observar alguns incômodos e/ou incompreensões em relação ao novo ENEM, seguem algumas colocações: "Meu Deus! Agora haverá a necessidade de elaborar material didático"; "Pois é, agora terei de abordar todas as temáticas da cultura corporal"; "Então será realmente necessário fazer um planejamento agora?"; "Não lembro de quase nada da minha formação inicial"; "O bom é que a escola terá que cumprir a carga horária normal da Educação Física e vamos ganhar mais"; "Finalmente a Educação Física será valorizada agora" e outras que revelam incompreensões docentes em relação as oportunidades ofertadas pela mudança.

Uma contradição que gostaríamos de desde já anteciparmos algumas reflexões do(a) leitor(a), é que grande parte dos(as) professores(as) que antes reclamavam pela falta de atenção por parte das suas respectivas coordenações pedagógicas e/ou de área, agora reclamam pelas novas exigências colocadas para os(as) mesmos(as). Claro que exigências sem condições para um trabalho pedagógico de qualidade são legítimas, porém existem os(as) que preferem manter uma realidade que ignora a função social da escola e, consequentemente, da Educação Física.

Desta maneira, posteriormente, pretendemos analisar as questões supracitadas de forma mais criteriosa. Ademais, reconhecemos a necessidade de maior arcabouço epistemológico para desenvolvermos qualitativamente o presente trabalho.

Considerações Provisórias

Certamente que ainda é cedo para qualquer conclusão, no entanto, observamos que o novo ENEM configura qualitativa oportunidade para a Educação Física provocar "desequilíbrios pedagógicos" na estrutura organizacional de muitas escolas da educação

básica. Escolas que, equivocadamente, negligenciavam o trato com os conhecimentos que configuram o componente curricular Educação Física.

Assim, com sua história baseada em contextos de notórias transformações educacionais, articuladas por mudanças políticas e sociais, a Educação Física ganha mais uma oportunidade de legitimidade frente a determinadas estruturas de poder indiferentes a sua relevância social.

Diante de um quadro emergente, reconhecemos as limitações existentes na estrutura escolar como um todo, porém a nova proposição para o ENEM reafirma a necessidade de os(as) gestores(as), coordenadores(as), professores(as), entidades científicas, cursos de formação, familiares e estudantes atuarem coletivamente na materialização de projetos político-pedagógicos significativos no âmbito de todos os componentes curriculares.

Ações concretas e contínuas junto às instâncias de ensino, públicas e privadas, configuram exigências contra qualquer tipo de marginalização e desigualdade de tratamento em relação aos componentes curriculares da educação básica. Tratamentos de tal natureza ferem qualquer projeto de educação integral para uma cidadania plena, ou seja, além da ótica restrita de direitos e deveres.

Sobreleva dizer que temos ciência de que a questão não pode ser resumida somente a um novo evento. O novo ENEM possui interdependência com outras questões também importantes. Somente chamamos atenção para um novo momento, novos desafios e novas possibilidades.

Referências

BRASIL (Ministério da Educação). **Matriz de Referência para o ENEM 2009.** Brasília, 2009.

SANTIAGO, Maria Eliete. **Escola pública de primeiro grau:** da compreensão à intervenção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SOARES, Carmem Lúcia et al. **Metodologia do ensino de educação física.** São Paulo: Cortez, 1992. (Série Formação do Professor).

SOUZA, João Francisco de. **Pedagogia da revolução:** subsídios. Recife: Bagaço, 2004.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio et al (Org.). **Educação física escolar:** teoria e política curricular, saberes escolares e proposta pedagógica. Recife: EDUPE, 2005.